



**metro**  
mondego  
sa

**Procedimento por Concurso Público para a  
prestação de serviços de transporte rodoviário de  
passageiros em alternativa ao Ramal da Lousã  
entre Serpins e Coimbra**

## **PROGRAMA DE CONCURSO**

**Janeiro de 2024**

## **1. IDENTIFICAÇÃO E OBJETO DO CONCURSO**

1.1. O presente concurso é designado por: “Concurso público para a prestação de serviços de transporte rodoviário de passageiros no Ramal da Lousã entre Serpins e Coimbra”.

1.2. O presente concurso tem como objeto o transporte rodoviário de passageiros, incluindo a venda a bordo de títulos de transporte, no Ramal da Lousã, entre Serpins e Coimbra, de acordo com o disposto no Caderno de Encargos e respetivos Anexos.

1.3. O processo do concurso é constituído pelo presente Programa de Concurso, pelo Caderno de Encargos e respetivos anexos.

## **2. ENTIDADE ADJUDICANTE**

2.1. A entidade adjudicante deste concurso é a Metro-Mondego, S.A., adiante designada por MM.

2.2. Endereço:

Rua de Olivença, nº11, 1º

3000-306 Coimbra - Portugal

Tel: + 351 239 488 100

E-mail: [metro@metromondego.pt](mailto:metro@metromondego.pt)

2.3. A plataforma eletrónica a ser utilizada pelos interessados durante o presente procedimento será a seguinte: [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt).

## **3. ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR**

A decisão de contratar foi tomada pelo Conselho de Administração da MM, em 26/01/2024.

## **4. MODO DE ENTREGA E DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS**

4.1. A participação no concurso é limitada às empresas que se encontrem legalmente habilitadas como operador de serviços de transporte público rodoviário regular de passageiros e da prévia inscrição na plataforma eletrónica [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt).

4.2. O acesso à plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta de todos os atos do procedimento que devam ser publicados, bem como a apresentação de candidaturas.

4.3. As propostas e os documentos que a constituem são apresentados diretamente na plataforma eletrónica, até ao termo do prazo fixado neste programa de concurso, devendo

tais documentos ser identificados com a expressão “Proposta”, bem como com a denominação social do concorrente ou, se for caso disso, dos membros do agrupamento concorrente e a designação referida no número 1.1.

4.4. A apresentação dos documentos que constituem a proposta deverá respeitar igualmente os termos referidos na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

4.5. A proposta é constituída pelos seguintes elementos:

- a. Documento Europeu Único de Contratação Pública;
- b. Documentação a que se refere o n.º 1 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos (adiante brevemente designado por CCP), se for caso disso;
- c. Documentação comprovativa da habilitação legal do concorrente para prestar serviços de transporte público rodoviário regular de passageiros;
- d. Documento comprovativo do poder de representação do assinante indicado na Declaração de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, nomeadamente, certidão do registo comercial;
- e. Preço contratual proposto discriminado através do preenchimento do modelo da proposta previsto no Anexo B;

4.6. A proposta deve incluir os seguintes elementos caso à data de apresentação da mesma o concorrente já tenha identificado os veículos concretos a utilizar na prestação de serviço:

- a. Lista de identificação dos veículos a utilizar na prestação do serviço, através do preenchimento do mapa do Anexo D;
- b. Cópia do Documento Único Automóvel dos veículos a utilizar na prestação do serviço;
- c. Caso na lista prevista na alínea a) acima identificada haja veículos de que o concorrente não seja proprietário/locatário terá de juntar declaração com autorização para a sua utilização pelo concorrente e afetação desses veículos à prestação de serviços.

4.7. A proposta deve incluir os seguintes elementos caso à data de apresentação da mesma o concorrente não tenha identificado os veículos concretos a utilizar na prestação de serviço:

- a. Lista de datas de primeira matrícula dos veículos a utilizar na prestação do serviço, através do preenchimento do mapa do Anexo E.

4.8. Caso o concorrente não tenha identificado os veículos concretos a utilizar na prestação de serviço à data de apresentação da proposta e venha a ser selecionado para

adjudicação, os elementos referidos nas alíneas a), b) e c) do ponto 4.6 serão por si entregues num prazo de 30 dias a contar da data de notificação da adjudicação, sob pena de caducidade da adjudicação, ao abrigo do disposto no artigo 87.º-A do CCP, considerando-se tal omissão de entrega uma circunstância que inviabiliza a celebração do contrato, adjudicando-se a proposta ordenada em lugar subsequente.

4.9. Na proposta, o concorrente pode especificar os aspetos que considere relevantes para a sua apreciação, desde que não contrarie o disposto nas peças do presente procedimento concursal.

4.10. A apresentação das propostas por qualquer dos concorrentes implica a aceitação sem reservas das condições contratuais constantes no presente processo de concurso.

4.11. A proposta e os documentos que a constituem são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

4.12. Caso sejam apresentados documentos em língua estrangeira, ao abrigo do disposto no n.º 2 e n.º 3 do artigo 58.º do CCP, os mesmos deverão ser acompanhados da tradução devidamente legalizada.

4.13. Os documentos que integrem a proposta nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do CCP não podem ser redigidos em língua estrangeira.

4.14. Não são admitidas propostas variantes.

4.15. O processo do presente concurso está disponível na plataforma eletrónica referida no ponto 2.3. para consulta pelos interessados, bem como nas instalações da MM, referidas no ponto 2.2. durante o horário de serviço, desde o dia da publicação do anúncio no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

## **5. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS**

5.1. O prazo para apresentação de propostas termina às 23h59 do 30.º dia a contar da data de envio do anúncio do presente concurso ao serviço das publicações oficiais da União Europeia.

5.2. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.

5.3. O prazo para apresentação de propostas pode ser prorrogado a pedido de qualquer interessado, desde que fundamentado, por decisão da entidade adjudicante.

5.4. O prazo pode ainda ser prorrogado, quando as retificações ou esclarecimentos sejam comunicados para além do prazo previsto para o efeito.

5.5. Até ao termo do prazo fixado para apresentação de propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las sempre que pretendam apresentar nova proposta dentro daquele prazo.

## **6. CONDIÇÕES DE ADMISSÃO DOS CONCORRENTES**

6.1. Ao presente procedimento concursal não podem apresentar propostas as entidades que se encontrem em alguma das situações referidas no artigo 55.º do CCP, sem prejuízo de o concorrente poder invocar a sua idoneidade através da demonstração das medidas tomadas para o efeito, nos termos do n.º 2 do art.º 55.º-A do CCP.

6.2. Podem concorrer empresas e/ou agrupamentos de empresas, sem que entre elas exista qualquer modalidade jurídica de associação ou consórcios externos.

## **7. AGRUPAMENTOS**

7.1. A constituição jurídica dos agrupamentos não é exigida na apresentação da proposta, mas as empresas agrupadas são responsáveis solidariamente pela manutenção da sua proposta, com as consequências legais que daí advêm.

7.2. As empresas que integram o agrupamento podem, a qualquer momento, designar um representante comum para praticar todos os atos no âmbito do respetivo procedimento, incluindo a assinatura da proposta, devendo para o efeito, entregar instrumentos de mandato, emitidos por cada uma das empresas.

7.3. Caso a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, as propostas e declarações são assinadas pelo representante comum dos membros que o integram, devidamente mandatado para o efeito ou, não existindo, devem ser assinadas por todos os membros do agrupamento, com poderes para o ato, ou pelos seus representantes, devidamente mandatados para o efeito.

7.4. Nenhuma entidade pode figurar em mais do que um agrupamento de empresas, nem integrar outro agrupamento, caso concorra individualmente, sob pena de exclusão.

7.5. Caso lhes seja adjudicada a presente prestação de serviços, os agrupamentos de empresas deverão, no prazo previsto no presente programa de concurso para a apresentação de caução, assumir a forma jurídica de consórcio externo de responsabilidade solidária, outorgando procuração a favor do líder do consórcio indicado, conferindo-lhe

poderes de representação, nomeadamente, os referidos no artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho.

## **8. ESCLARECIMENTOS, RETIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS PROCEDIMENTAIS**

8.1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.

8.2. Consideram-se erros e omissões das peças os identificados no n.º 2 do artigo 50.º do CCP.

8.3. A lista a apresentar deve identificar, expressa e inequivocamente, os erros ou omissões do caderno de encargos detetados, com exceção daqueles que por eles apenas possam ser detetados na fase de execução do contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas.

8.4. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas:

- a) O órgão competente para a decisão de contratar, ou o órgão para o efeito indicado nas peças do procedimento, deve prestar os esclarecimentos solicitados;
- b) O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.

8.5. O órgão competente para a decisão de contratar deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto na alínea b) do número anterior.

8.6. Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos até ao termo do segundo terço, ou até ao final do prazo de entrega de propostas, devendo, neste caso, atender-se ao disposto no artigo 64º do CCP.

8.7. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados serão disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham obtido ser imediatamente notificados desse facto.

8.8. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

## **9. PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS**

Os concorrentes são obrigados a manter as suas propostas, nos termos e nas condições em que foram formuladas, durante o prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

## **10. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO**

10.1. A adjudicação é feita à proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade da melhor relação qualidade-preço, tendo em conta o modelo de avaliação indicado no Anexo F.

10.2. A adjudicação será feita à proposta que apresentar a pontuação global mais elevada de acordo com o modelo de avaliação referido no ponto 10.1.

10.3. Os critérios de desempate são os seguintes:

- a) Primeiro - o da proposta que tiver o menor valor da soma dos preços para os pontos 1 e 2 indicados no modelo constante no Anexo B.
- b) Segundo - o da proposta que tiver o menor valor da soma dos preços para os pontos 1, 2 e 3 indicados no modelo constante no Anexo B.

## **11. PREÇO ANORMALMENTE BAIXO**

Aplica-se o disposto no artigo 71.º do CCP.

## **12. ESCLARECIMENTOS A PRESTAR PELOS CONCORRENTES**

12.1. O júri do concurso pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e da avaliação das mesmas.

12.2. Estes elementos serão fornecidos por escrito e considerar-se-ão como parte integrante da proposta na medida em que não a contrariem, não a alterem nem complete os seus atributos, nem visem suprir omissões que determinem a sua exclusão nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP, considerando-se como não escrita a contradição com o teor das propostas.

12.3. Os esclarecimentos prestados são disponibilizados na plataforma eletrónica identificada.

### **13. RELATÓRIO PRELIMINAR**

Analisadas as propostas, o júri elabora um relatório preliminar no qual identifica, fundamentando, as propostas excluídas e ordena as propostas aceites.

### **14. AUDIÊNCIA PRÉVIA**

Elaborado o relatório preliminar aludido no ponto anterior, o júri disponibiliza-o na plataforma eletrónica a todos os candidatos, fixando-lhes um prazo, não inferior a 5 (cinco) dias, para que se pronunciem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

### **15. RELATÓRIO FINAL**

15.1. Cumprido o disposto no ponto anterior, o júri elabora um relatório final fundamentado, o qual é enviado ao órgão competente para decisão.

15.2. Se deste relatório resultar ordenação ou exclusão das propostas diferente da constante no relatório preliminar, é concedido novo prazo de audiência prévia, nos termos previstos no artigo 123.º do CCP.

### **16. ADJUDICAÇÃO**

16.1. A decisão de adjudicação é notificada a todos os concorrentes, dentro do prazo de obrigação de manutenção das propostas.

16.2. Juntamente com a decisão de adjudicação, o adjudicatário é notificado para:

- a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos no número 17 do presente Programa de Concurso;
- b) Prestar caução no valor de 5% do valor contratual;
- c) Para os efeitos do disposto no ponto 4.8, se aplicável;
- d) Confirmar no prazo para o efeito fixado, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada.

16.3. A notificação referida no número anterior é acompanhada do relatório final de análise das propostas.



## 17. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

17.1. O adjudicatário deve apresentar através da plataforma eletrónica referida ou, no caso de a mesma se encontrar indisponível, através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, no prazo de 10 (dez) dias da notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos de habilitação:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo A do presente Programa de Concurso;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do Artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, designadamente:
  - i) Certificado do registo criminal dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência e estes se encontrem em efetividade de funções;
  - ii) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
  - iii) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a impostos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- c) Cópia das apólices de seguro previstas no ponto 11 do artigo 25.º da parte II do Caderno de Encargos;
- d) Certificado do Registo Central do Beneficiário Efetivo.

17.2. Os concorrentes e as empresas que integrem o agrupamento devem apresentar individualmente os documentos de habilitação exigidos no número anterior.

17.3. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:

- a) No prazo de 10 (dez) dias contados da notificação da decisão de adjudicação;
- b) Redigidos em língua portuguesa, ou noutra língua desde que acompanhados de tradução devidamente legalizada, nos casos em que esta seja admissível nos termos do presente programa de concurso.

17.4. Quando as situações previstas no número anterior se verificarem por facto que não seja imputável ao adjudicatário a MM pode conceder-lhe, em função das razões invocadas, um

prazo adicional de 5 (cinco) dias úteis para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.

17.5. Nos casos previstos nos números anteriores, a MM deve adjudicar a proposta ordenada em lugar imediatamente subsequente.

## **18. CAUÇÃO**

18.1. O adjudicatário deve prestar a caução no valor de 5% (cinco por cento) do valor contratual no prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação.

18.2. A caução destina-se a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações assumidas pelo adjudicatário em consequência da adjudicação.

18.3. A caução é prestada por qualquer dos meios admitidos no CCP e quando o for através de garantia bancária (autónoma, irrevogável e exigível à primeira solicitação) ou depósito, deverá seguir as minutas respetivas constantes no Anexo C deste Programa de Concurso, estando os seus termos e a entidade garante sujeitos a prévia aprovação da MM.

18.4. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não prestar, em tempo e nos termos estabelecidos nos números anteriores, a caução que lhe seja exigida.

18.5. Todas as despesas relativas à prestação da caução correm por conta do adjudicatário.

## **19. CELEBRAÇÃO DO CONTRATO**

19.1. A minuta do contrato é remetida, para aceitação, ao adjudicatário, após cumprimento de todas as formalidades anteriores, para sobre ela se pronunciar no prazo de 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação.

19.2. Considerar-se-á aprovada a minuta se houver aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação.

19.3. Apenas serão admissíveis reclamações que tenham por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato, nos termos dos n.ºs 2 a 5 do artigo 96.º do CCP.

19.4. No prazo de 10 (dez) dias a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato notifica o reclamante da sua decisão.

19.5. A não resposta no prazo indicado no ponto anterior equivale à rejeição da reclamação.

19.6. Por razões de interesse público, pode o órgão competente para a decisão de contratar propor ajustamentos ao conteúdo do contrato.

19.7. Em procedimento concursal em que sejam analisadas e avaliadas mais do que uma proposta, o órgão competente para a decisão de contratar tem de demonstrar que os ajustamentos não afetam a ordenação das propostas, caso estes ajustamentos se refletissem nas propostas.

19.8. Os ajustamentos não podem, em caso algum, implicar alteração dos parâmetros base fixados no caderno de encargos nem aspetos de execução do contrato a celebrar não submetidos à concorrência, nem incluir soluções contidas em proposta apresentada por outro concorrente.

19.9. São encargos do adjudicatário todas as despesas inerentes à celebração do contrato objeto do presente concurso.

## ANEXO A

### MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal. ... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

## ANEXO B

### MODELO DA PROPOSTA

[\*] (Identificação), depois de ter tomado completo conhecimento do objeto do concurso para a prestação de serviços de transporte rodoviário de passageiros no Ramal da Lousã, através do anúncio publicado no DR/JOUE de[\*] de [\*] de [\*], obriga-se a executar a presente prestação de serviços em conformidade e de harmonia com as condições estabelecidas no programa do concurso e no caderno de encargos, pelos seguintes preços, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

#### 1. PREÇO MENSAL DOS SERVIÇOS PREVISTOS NO ANEXO A – PARTE 1 DO CADERNO DE ENCARGOS, COM AS SUPRESSÕES INDICADAS NO ANEXO B DO CADERNO DE ENCARGOS

- Junho 2024: \_\_\_\_\_ € acrescido de I.V.A. à taxa legal em vigor.
- Julho 2024: \_\_\_\_\_ € acrescido de I.V.A. à taxa legal em vigor.
- Agosto 2024: \_\_\_\_\_ € acrescido de I.V.A. à taxa legal em vigor.
- Setembro 2024: \_\_\_\_\_ € acrescido de I.V.A. à taxa legal em vigor.
- Outubro 2024: \_\_\_\_\_ € acrescido de I.V.A. à taxa legal em vigor.
- Novembro 2024: \_\_\_\_\_ € acrescido de I.V.A. à taxa legal em vigor.
- Dezembro 2024: \_\_\_\_\_ € acrescido de I.V.A. à taxa legal em vigor.

#### 2. PREÇO DE AUTOCARRO ADICIONAL POR VIAGEM

- Coimbra / Serpins: \_\_\_\_\_ € acrescido de I.V.A. à taxa legal em vigor.
- Coimbra / Lousã: \_\_\_\_\_ € acrescido de I.V.A. à taxa legal em vigor.
- Coimbra / Miranda do Corvo: \_\_\_\_\_ € acrescido de I.V.A. à taxa legal em vigor.

#### 3. PREÇO DE AUTOCARRO ADICIONAL POR DIA: \_\_\_\_\_ € acrescido de I.V.A. à taxa legal em vigor.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do seu contrato, à legislação portuguesa em vigor e ao foro competente nos termos do processo do concurso.

Data

Assinaturas (Devidamente reconhecidas, com a indicação expressa da qualidade em que são feitas).

(Identificação)

- **Pessoa singular:** indicar nome, estado civil, profissão, residência, n.º do B.I. e n.º de contribuinte.

- **Pessoa Coletiva:** indicar designação, sede, capital social e n.º de matrícula e contribuinte fiscal.

## ANEXO C

### MODELOS DE CAUÇÃO

#### I. GARANTIA BANCÁRIA

**Metro-Mondego, S.A.**

**Rua de Olivença, nº 11 – 1º**

**3000-306 Coimbra | Portugal**

Em nome e a pedido de [●] (*identificação completa do adjudicatário*), vem o (a) [●] (*identificação completa da instituição garante*), pelo presente documento, prestar a favor de Metro-Mondego, S.A., Rua de Olivença, nº 11 – 1º, em Coimbra, uma garantia bancária de Euros: € [●] ([●]), destinada a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo garantido no âmbito do concurso público de (*indicar a prestação de serviços objeto da adjudicação*).

A presente garantia corresponde a [●]% do valor dos serviços do Anexo I do Caderno de Encargos e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente de que o Banco garante, no caso de vir a ser chamado a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

A presente garantia rege-se pelo direito português e o tribunal competente para dirimir qualquer questão é o Tribunal Judicial da Comarca de Coimbra.

Data

Assinaturas (*devidamente reconhecidas, com a indicação expressa da qualidade em que são feitas*)

## II. GUIA DE DEPÓSITO

[\*] (Nome), [\*](Estado civil), [\*] (Residência), contribuinte fiscal n.º [\*], vai depositar na conta n.º [\*] (número de conta e entidade a indicar pela Metro Mondego), o montante de € [\*] ([\*] por extenso), do Banco [\*], a título de caução referente ao procedimento de [\*] para [\*].

Este depósito, sem reservas, fica à ordem da Metro-Mondego, S.A., entidade a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

Data

Assinaturas (Devidamente reconhecidas, com a indicação expressa da qualidade em que são feitas).

## ANEXO D

### LISTA DE IDENTIFICAÇÃO DOS VEÍCULOS (1)

Nº	Matrícula	Marca	Mês e Ano da primeira matrícula	Número de kms a 31/09/2023	Número de lugares	Identificação do Proprietário/Locatário	Autocarro acessível a cadeira de rodas
1							
2							
3							
4							
5							
6							
7							
...							

(1) Poderão ser acrescentadas ao mapa as linhas que os concorrentes necessitarem para o número de veículos em causa.

## ANEXO E

### LISTA DE IDADES DOS VEÍCULOS (1)

Nº	Mês e Ano da primeira matrícula
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
...	

(1) Poderão ser acrescentadas ao mapa as linhas que os concorrentes necessitarem para o número de veículos em causa.



## ANEXO F

### Modelo de avaliação das propostas

1. A avaliação das propostas será efetuada de acordo com o modelo seguinte e com o disposto no artigo 139.º do Código dos Contratos Públicos.
2. A pontuação global de cada proposta resultará da aplicação de um modelo aditivo simples de agregação das pontuações parciais obtidas por cada proposta  $p$  em cada um dos fatores, considerando os respetivos coeficientes de ponderação, de acordo com a seguinte expressão:

$$PG(p) = P_1(p) \times 0,75 + P_2(p) \times 0,25$$

Em que,

$PG(p)$  – é pontuação global da Proposta  $p$ ;

$P_1(p)$  – é a pontuação parcial da Proposta  $p$  no **fator Preço**;

$P_2(p)$  – é a pontuação parcial da Proposta  $p$  no **fator Frota**.

### 3. Fator Preço

No fator Preço, a pontuação de cada proposta  $p$  resultará da soma ponderada das pontuações parciais obtidas em cada subfator, de acordo com a seguinte expressão:

$$P_1(p) = P_{1,1}(p) \times 0,98 + [P_{1,2}(p) \times 0,33 + P_{1,3}(p) \times 0,33 + P_{1,4}(p) \times 0,34] \times 0,01 + P_{1,5}(p) \times 0,01$$

Em que,

$P_{1,1}(p)$  – é a pontuação parcial da Proposta  $p$  no **subfator Preço Total** (preço dos serviços previstos no Anexo A do Caderno de Encargos pelo período definido no artigo 2.º do Caderno de Encargos);

$P_{1,2}(p)$ ,  $P_{1,3}(p)$ ,  $P_{1,4}(p)$  – são as pontuações parciais da Proposta  $p$  nos **subfatores Preço de Autocarro Adicional por Viagem**, para as viagens Coimbra / Serpins, Coimbra / Lousã e Coimbra / Miranda do Corvo, respetivamente;

$P_{1,5}(p)$  – é a pontuação parcial da Proposta  $p$  no **subfator Preço de Autocarro Adicional por Dia**.

Em cada subfator  $i$ , as propostas serão pontuadas de acordo com uma das seguintes expressões:

$$\begin{aligned} \text{Se } B_i \leq V_i(p) \leq A_i : \quad & P_{1,i}(p) = \frac{A_i - V_i(p)}{A_i - B_i} \times 100 \\ \text{Se } V_i(p) < B_i : \quad & P_{1,i}(p) = 100 + \frac{B_i - V_i(p)}{A_i - B_i} \times 5 \end{aligned}$$

Em que:

- $P_{1,i}(p)$  – é a pontuação da proposta  $p$  no subfator  $i$ ;
- $V_i(p)$  – é o valor do preço da proposta  $p$  para o subfator  $i$ ;
- $A_i$  – é o valor máximo ou preço base para o subfator  $i$ ;
- $B_i$  – é o valor considerado “bom” do preço para o subfator  $i$ ;

As constantes  $A_i$  e  $B_i$  nas expressões acima têm os valores que constam da tabela seguinte:

Índice $i$	Subfator do fator Preço	Valor máximo ( $A_i$ )	Valor considerado “bom” ( $B_i$ )
1	Preço Total – preço dos serviços previstos no Anexo A do Caderno de Encargos (CE), com as supressões indicadas no Anexo B do CE, pelo período definido no artigo 2.º do CE	1 008 000,00 €	$0,75 \times A_i$
2	Preço de Autocarro Adicional por Viagem Coimbra / Serpins	120,00 €	$0,875 \times A_i$
3	Preço de Autocarro Adicional por Viagem Coimbra / Lousã	95,00 €	$0,875 \times A_i$
4	Preço de Autocarro Adicional por Viagem Coimbra / Miranda do Corvo	70,00 €	$0,875 \times A_i$
5	Preço de Autocarro Adicional por Dia	210,00 €	$0,875 \times A_i$

#### 4. Fator Frota

No fator Frota, as propostas são pontuadas de acordo com a seguinte expressão:

$$P_2(p) = (139 - \text{IMF}(p)) / 139 \times 100$$

Em que:

IMF( $p$ ) – idade média da frota da proposta  $p$ , no início do mês de setembro de 2023.

O indicador de idade média da frota (IMF) será calculado de acordo com a expressão seguinte:

$$IMF = \frac{\sum_{i=1}^n I_{Vi}}{n}$$

Em que:

$I_{Vi}$  – idade do veículo  $i$ , em meses;

$n$  – número de autocarros da frota.

A idade de cada veículo ( $I_{Vi}$ ) é apurada em número de meses (valor inteiro), contado desde o início do mês seguinte à data da primeira matrícula.

O cálculo do indicador IMF será feito com as datas da primeira matrícula apresentadas na proposta de acordo com o modelo constante no Anexo D ou Anexo E, consoante o caso.

**5.** Todas as pontuações obtidas são arredondadas à 2.ª casa decimal.